



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Dominguini, Lucas; Ortigara, Vidalcir
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: UM DEBATE HISTÓRICO-ONTOLÓGICO
EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 509-528
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512786011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: UM DEBATE HISTÓRICO-ONTOLÓGICO

Lucas Dominguni*

Vidalcir Ortigara**

* Mestrado em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Licenciado em Química pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).
lucaslcq@hotmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
vdo@unes.net

A educação constituiu-se desde o princípio da sociedade capitalista como uma entidade que visa construir uma classe trabalhadora que contenha um mínimo de conhecimento para poder controlar os meios de produção, mas que não transmita conhecimentos de forma aprofundada que lhe permita lutar por uma sociedade liberta das condições de dominação de classe. Compreender as formas de organização social dos modos de produção e propriedade permite uma melhor compreensão dos caminhos que a educação trilha atualmente e quais suas perspectivas dentro da sociedade capitalista. Nosso objetivo é apresentar elementos que contribuem para evidenciar a necessidade de formulação de uma atividade educativa que perspetive a emancipação humana em contraste com o atual modelo pedagógico preponderante na sociabilidade do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Formação Humana. Sociabilidade do capital. Emancipação humana.

1 Apresentação

A organização social é produto da condição material e da ação humana, em determinado momento histórico. Compreender as formas de organização social dos modos de produção e propriedade permite uma melhor compreensão dos caminhos que a educação trilha atualmente e quais suas perspectivas em uma sociedade capitalista. Tonet explicita a necessidade de compreendermos a condição ontológica determinante dos fenômenos sociais e o papel que cada um desempenha no processo social num determinado momento histórico. Ao refletir sobre a educação, aponta que, ao explicitar sua gênese histórico-ontológica, “[...] nos permitirá apreender a natureza mais íntima desta dimensão da atividade humana” (2005a, p. 211-212). Nosso objetivo é, ao explicitar os modos de produção determinantes na produção e reprodução humana – portanto, da sociedade –, apresentar elementos que evidenciem a necessidade de formulação de uma atividade educativa que perspective a emancipação humana em contraste com o atual modelo pedagógico preponderante na sociabilidade do capital.

2 A produção e reprodução humana: as formas de sociabilidade

O homem é um ser social e tem sua vida determinada pela forma de organização do modo de produção que garante sua reprodução. A vida, por sua vez, é preponderantemente condicionada pela relação social estabelecida com os meios de produção, isto é, com os modos de propriedade.

O modo de produção de uma determinada forma de organização social é dado pelas forças produtivas e pelas relações de produção existentes. São os modos de produção que diferenciam os vários tipos de sociedade que tivemos. A produção é a junção dos meios de produção

(equipamentos, técnicas, matéria-prima) com a força de trabalho, condições mínimas necessárias para que se realize qualquer atividade produtiva. O homem vive em sociedade e organiza sua atividade de forma que possa garantir a produção dos materiais necessários a sua reprodução. As relações de produção são resultado das interações sociais dos homens (OLIVEIRA, 1999).

Essa organização social dinâmica é produto das ações humanas. Bhaskar (1979, p. 46), ao analisar a condição da existência da sociedade, afirma que a “[...] sociedade é tanto a condição (causa material) sempre presente como o resultado continuamente reproduzido da ação humana”.

A gênese desse processo encontra-se no ato de transformar a natureza para adequá-la às necessidades de sobrevivência – portanto, da própria existência do ser humano –, ou seja, o ato do trabalho. É pelo trabalho e no trabalho que o homem transforma a natureza e a si mesmo. Nesse processo também se encontra a gênese das atividades humanas que, para sua execução, necessita da apropriação, maior possível, das determinações reais concretas presentes em determinado momento histórico e de todo o conhecimento historicamente desenvolvido pelas gerações anteriores (LUKÁCS, 1981). Nisso, está imbricado o processo de educação.

As diferentes formas de desenvolvimento da divisão social do trabalho e dos modos de produção podem ser observadas pelos diferentes tipos de propriedade em que “[...] cada nova forma da divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46). Nesse contexto, constitui o “momento predominante”, para se compreender a dinâmica da evolução social, pois, como explicita Lukács (1981, p. 229), se o conjunto das ações humanas, mesmo que contraditórias, não estivessem numa relação em que, a cada momen-

to, uma delas não assumisse a condição predominante conduzindo a um equilíbrio dinâmico, inviabilizaria toda evolução.

[...] a simples interação conduz a um arranjo estacionário, definitivamente estático; se queremos dar expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, devemos elucidar qual seria, na interação da qual se trata, o momento predominante. É este, com efeito – não simplesmente a sua ação, mas também as resistências contra as quais se choca, por ele próprio desencadeadas, etc. – que *dá uma direção, uma linha de desenvolvimento*, à interação que seria, não obstante todo o seu movimento parcial, de outro modo estática. (grifo nosso).

Neste mesmo contexto, Marx e Engels (2007, p. 55-56) já manifestavam que “[...] o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, assim, a ‘história dos homens’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e do intercâmbio”. Ressaltamos que os autores, ao mencionarem a “história dos homens”, incluem todas as ações humanas, nas palavras de Lukács (1981), todos os complexos do ser social, entre eles a educação.

A educação, engendrada nessa totalidade, é condicionada pelo momento predominante da organização social. Na sociabilidade atual, a capitalista, conforme Tonet (2005a, p. 215), o processo de autoconstrução do indivíduo estará sempre condicionado por essa totalidade.

O processo de autoconstrução do indivíduo como indivíduo humano, bem como as suas reações diante de novos problemas e acontecimentos, novas e imprevisíveis situações, não terá como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam dire-

tamente na dimensão educativa, mas a concreta totalidade social, cuja matriz é a economia.

Desta forma, justificamos a relevância deste artigo quando concebemos o homem como um ser histórico. Essa discussão contrapõe-se às perspectivas dominantes nos debates da produção do conhecimento em educação, explicitadas por Soares (2008), principalmente a pragmática, entendida com base nos critérios da utilidade e da adaptabilidade. Defendemos a necessidade de uma abordagem ontológica da constituição do ser humano e, em específico, da educação, para efetivarmos um projeto educativo com vistas à emancipação humana. Compreender como o ser humano organiza sua vida em sociedade, condicionada pela forma de organização social dos modos de produção – como “momento predominante” –, nos auxilia a entender os caminhos que a educação percorreu ao longo dos tempos e quais suas perspectivas no atual modelo social.

No início, as primeiras tribos organizavam-se em um sistema comunista primitivo, onde existia uma organização hierárquica dominada pelos chefes das tribos. No entanto, em relação ao modo de produção, cada um realizava suas atividades de acordo com a sua capacidade e tudo era de todos, ou seja, todos os membros da tribo construíam as condições necessárias para a sobrevivência do grupo. Não existia, neste tipo de sociabilidade, o conceito de propriedade privada, tudo era feito em conjunto. Não havia também a vontade dominar a natureza, o homem primitivo somente o fazia para satisfazer suas necessidades imediatas de sua existência.

Esse processo de organização social perdurou desde os primórdios da humanidade e ainda hoje encontramos algumas tribos com essa característica. No entanto, com o passar dos tempos, o homem foi adquirindo, cada vez mais, a capacidade de intervir na natureza até que, em determinado momento, seu espaço físico já não satisfazia suas necessidades. Isso levou essas tribos a buscarem novos horizontes pelo confronto com outras tribos, juntando-se

a elas por contrato ou por conquista, absorvendo todas suas coisas materiais e físicas, escravizando os membros da tribo dominada e impondo a eles a sua cultura e o seu modo de vida. Nesse processo nasceu a sociedade escravista.

A sociedade escravista tem modo de produção, segundo Oliveira (1999, p. 60), sob relações de domínio e sujeição. Um pequeno grupo de pessoas era dono tanto dos meios de produção (matérias-primas e equipamentos) quanto da força de trabalho (escravos) e, por consequência, ficava com todo o produto do trabalho.

Para Marx e Engels (2007, p. 47) “[...] os cidadãos possuem o poder sobre seus escravos trabalhadores, mas apenas coletivamente, e estão, por isso, ligados à forma de propriedade comunal”. Neste estágio, já encontramos oposição entre os cidadãos e os escravos, porém, ainda de maneira coletiva, pois a propriedade estava sob o domínio de um Estado que a gerenciava para manter tal ordem social.

A sociedade escravista esteve presente em grande parte do mundo. No Brasil, ela perdurou durante todo o período colonial e imperial. No entanto, na Europa, esse sistema de produção entrou em colapso antes. Com o fim do Império Romano e a invasão bárbara na Europa, o sistema de organização do Estado, criado para garantir o interesse da classe dominante, não consegue mais dar suporte ao sistema escravista. Alguns fatores como a rebelião dos escravos e o alto custo para manter essa força de trabalho com condições mínimas de alimentação e saúde para efetuarem atividades de produção levaram o sistema escravista à falência.

O fim do Império Romano deixou um vazio, pois, até então, o Estado era responsável por manter e organizar a propriedade comunal e a exploração dos escravos. Essa população foi em direção aos campos conquistados pelos romanos, em razão da expansão agrícola por eles iniciada. Neste momento, entra em ação o poder da Igreja. Instituída ainda durante o Império Romano como religião oficial, o Cristianismo, por meio da Igreja Católica, tornou-se o orientador da sociedade, por sua determinação divina para os fatos.

Esse movimento proporcionou o fortalecimento de determinados grupos, geralmente familiares, o que estabeleceu uma nova hierarquia social, não mais composta de pessoas “livres” e escravos, mas sim composta por senhores e servos.

Segundo Meksenas (2001, p. 36), além dos senhores feudais e dos servos, ainda existia uma terceira camada social: o clero. O pensamento dominante de toda a sociedade medieval foi o da Igreja, instituição mais influente nessa época. Todas as explicações eram dadas pela religião, sejam elas as leis da natureza sejam as leis sociais, ou seja, a ideologia dominante do período feudal foi a da Igreja. Com isso, o clero teve papel importante ao designar quem estava apto e quem não era digno, pelas leis de Deus, a ter a posse sobre a terra. Assim, a Igreja passa a determinar a nova ordem social entre senhores feudais e servos. Como contrapartida, os senhores feudais recolhiam os impostos ou produtos do trabalho do servo, repassando boa parte para a manutenção financeira do clero e de toda a estrutura da Igreja.

Na sociedade feudalista, a forma de organização do modo de produção tinha como base os servos e os senhores. Os senhores eram os donos da terra (vale aqui ressaltar que durante toda a Idade Média a principal atividade econômica é a produção agrícola); e os servos possuíam os instrumentos, os conhecimentos e a força de trabalho. Os senhores feudais tinham o poder econômico e o político-militar para organizar e manter os feudos de acordo com seus interesses. Aos servos restava trabalhar nas terras dos senhores, não mais como propriedades do senhor, ou seja, escravos, mas como “trabalhadores livres”. Esses servos cultivavam as terras que o senhor arrendava e este, então, estava obrigado a pagar os impostos e os usufrutos da terra com boa parte da sua produção, isto é, com o produto do seu trabalho.

Na sociedade feudal, houve um forte esvaziamento das cidades, as pessoas não discutiam nem debatiam as ideias de sua própria vida. A ideologia dominante era o monopólio da Igreja (KONDER, 1998, p. 11). Todos

estavam vinculados à concepção de certo e errado estipulada pela Igreja. Neste período, a produção cultural, tecnológica, científica e literal caiu drasticamente. O acesso às obras gregas e às demais produções teóricas, filosóficas e culturais ficou restrita às permissões da Igreja que, na sua maioria, liberava, de forma tímida, apenas para estudos em mosteiros. Com isso, a formação intelectual das pessoas no período feudal tinha como base apenas o conhecimento comum, empírico de suas atividades rotineiras, o que facilitava a infiltração de uma ideologia no pensamento das pessoas.

Mesmo sendo a agricultura a grande atividade econômica da época, a oposição entre cidade e campo aumentava. A fuga de massas de servos para as cidades propiciou, com pequenos capitais, o desenvolvimento e o aparecimento de funções de trabalho similares à do servo do campo em atividades manufatureiras como a produção de roupas e utensílios diversos. Houve, então, a formação de aglomerados maiores de pessoas não proprietárias de terras, que exerciam atividades artesanais não-agrícolas, iniciando o processo de formação das vilas e, posteriormente, das cidades. Desta forma, Marx e Engels (2007, p. 50) mostram que

A propriedade principal no período feudal consistia, por um lado, na propriedade territorial à qual estava ligado o trabalho servil e, por outro, no trabalho pessoal amparado em pequeno capital, dirigido a trabalho dos oficiais e aprendizes.

Segundo Oliveira (1999, p. 62), “[...] o crescimento da população na Europa, o desenvolvimento das técnicas agrícolas de produção e o renascimento comercial e urbano[...]” foram os principais fatores de queda do feudalismo. No entanto, desde o início do século XI, essas características começaram a aparecer.

Um importante fator que provocou a mudança da forma de organização social do modo de produção feudalista foram as cruzadas. Apesar

das cruzadas não terem atingido seu principal objetivo, libertar a região da Palestina do domínio mulçumano em favor do Império Cristão, acabou restaurando a vida comercial na Europa. O desenvolvimento das técnicas agrícolas forneceu um pequeno excedente de produção que poderia ser comercializado. Os cruzados necessitavam de fontes de alimentos e água, o que acabou originando os primeiros comércios em suas rotas de viagem (MEKSENAS, 2001). Dos aglomerados desses pequenos comércios nasceram as primeiras cidades.

Segundo Wood (2001), somente uma brusca mudança nas relações padrão de transformação da natureza pelo homem, no que diz respeito à produção dos elementos vitais aos seres humanos, pôde explicar a origem do capitalismo. Desta forma, segundo a autora, o capitalismo não teria origem nas cidades recém-formadas pelo simples aumento da troca de mercadorias, mas por uma mudança nos processos de produção desses materiais, ou seja, na agricultura.

As origens agrárias do capitalismo, analisada por Ellen Wood (2001, p. 77), levam em consideração o fato de que a produção agrária não estava mais voltada para a satisfação das necessidades, mas com a finalidade de troca. Ela expressa que a grande diferença entre as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas “[...] não tem nada a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura, seja na indústria”.

O surgimento do capitalismo marca o início de um sistema regido pelo que chamamos de mercado que passa a dominar as relações sociais de reprodução e isso ocorreu justamente com os alimentos. Somente uma procura por alimentos poderia fazer com que a produção aumentasse na agricultura, levando os camponeses a uma disputa entre si para ver quem poderia oferecer esse alimento excedente para o consumo e quem apresentaria as melhores condições de fornecê-lo. Daí, segundo a autora, surgiu o primeiro elemento do tripé do capitalismo, a competição.

Outro fator que levou ao surgimento da competição foi a questão do espaço físico, das terras, para produção desse alimento. Os novos arrendatários eram escolhidos pela capacidade de ser mais produtivos que os demais. Para tal, houve a necessidade de mudança das formas de concepção de produção. Foi necessária a eliminação de velhas tradições com o objetivo de crescer a produção. Esse processo visava o segundo elemento do tripé, o aumento do ganho sobre o processo, ou seja, a maximização do lucro (WOOD, 2001).

Produtividade e lucratividade passaram a estar associados, de maneira insolúvel. Desta forma, quem conseguia pelo aumento da produtividade, uma melhor lucratividade, poderia arrendar as terras. Os demais eram desprovidos desse direito, iniciando assim uma sociedade em que os meios de produção não são mais coletivos, mas sim privados, que passa a ser excludente, retirando de alguns o direito sobre a terra. A maior capacidade de produção, em razão dos investimentos no aperfeiçoamento do processo de produção agrário, levou a acumulação dos direitos sobre a terra para alguns, o que caracterizou o terceiro elemento do tripé capitalista: acumulação dos bens privados.

Podemos assim, segundo Wood (2001), apresentar o capitalismo com base nas seguintes práticas: a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e pelo aumento da produtividade, da especialização, acumulação e inovação. Essas características já estavam presentes na sociedade agrária inglesa por volta dos séculos XVI e XVII.

Os camponeses-agricultores, que perderam seus direitos sobre a terra, passaram a estar sujeitos às condições do mercado para sobrevivência. Desta forma a proletarianização do trabalho, característica do capitalismo, pode ser encontrada inicialmente na agricultura, antes do surgimento das indústrias.

Isso levou uma massa de camponeses aos centros urbanos em razão da uma agricultura que produz mais com menos pessoas. Por isso, Wood

(2001, p. 109) afirmava que as origens do capitalismo estão na agricultura, pois

Sem um setor agrícola produtivo, capaz de sustentar uma grande força de trabalho não-agrícola, seria improvável que o primeiro capitalismo industrial do mundo viesse a emergir. Sem o capitalismo agrário da Inglaterra, não haveria massas de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos – como alimentos e produtos têxteis – que impulsionaram o processo de industrialização da Inglaterra.

Hobsbawn (1979, p. 20) afirma que apenas uma crise geral poderia levar a uma mudança do sistema feudal para o capitalismo. Essa crise teria ocorrido durante o século XVII. A ascensão do capitalismo implica necessariamente uma transformação na estrutura agrária, base econômica da época. Desta forma, a mudança na divisão social do trabalho com a finalidade de aumento da produtividade deveria ocorrer, não somente na indústria nascente, mas também na agricultura, afirmando novamente o caráter originário do capitalismo neste ramo da economia. Essa crise produziu, de forma indireta, dois fatores importantes nesse processo de transição: o fomento fornecido pelos governos absolutistas às indústrias, colônias e à exportação nos países continentais, enquanto os países de exploração marítimas fomentaram o fluxo comercial entre colônias e mercados estrangeiros, a partir das produções de indústrias nacionais nascentes e da agricultura em processo de mudança. Desta forma, essa crise desencadeou condições para uma acumulação econômica de capital nas mãos de algumas pessoas com vontade de investir nesse novo processo de desenvolvimento industrial (HOBSEBAWN, 1979, p. 53).

Com isso, podemos assinalar outro fator importante ocorrido em paralelo a esse fenômeno: o surgimento de um novo grupo social entre os senhores e os servos, os artesãos e os comerciantes, que não mais trabalhavam com a terra, passando a ter atividades urbanas. Alguns desses membros desta nova classe investiram somas de dinheiro em seus processos de manufatura, ou seja, primeiras pequenas indústrias de transformação, onde já podíamos perceber uma nova organização do processo de produção, que buscava nos expropriados da agricultura força de trabalho para iniciar o processo de produção em massa (MEKSENAS, 1994). Cada um dos empregados nesse novo ramo passou a se especializar, em razão do aumento da produtividade, originando o que aqui denominamos divisão social do trabalho. Para atender essa demanda de consumo, cada trabalhador passou a, individualmente, buscar condições de melhor efetuar o processo de transformação em uma determinada área como forma de aumento de produtividade.

Essa nova classe de pessoas – os burgueses – investiu nos processos de manufatura. Os burgueses são proprietários dos primeiros modos de produção industrial, pequenos teares, por exemplo. Para que suas fábricas (meio de produção) operem normalmente são necessários outros dois fatores: matéria-prima, extraída ou comprada dos sistemas agrários, o que auxiliou no desenvolvimento do capitalismo agrário; e a mão de obra, necessária para fazer o processo ocorrer. Como já apresentamos, a força de trabalho foi encontrada nas pessoas expropriadas das terras que, por não terem mais como garantir sua sobrevivência no processo agrícola, buscaram nessas manufaturas garantir sua sobrevivência por meio da venda de sua forma de trabalho em troca de um salário. Institui-se assim, o trabalho assalariado, em detrimento do servil do feudalismo.

A classe burguesa, que tem sua origem e reprodução, com base na exploração da classe trabalhadora busca produzir o máximo possível de mercadorias e produtos com um único intuito: o aumento de seu capital, ou seja,

o enriquecimento. Essa classe apresenta interesse comum, explorar a força de trabalho a todo custo e reproduzir a forma de sociabilidade vigente: o capitalismo. À classe operária, não possuidora dos meios de produção, resta apenas a comercialização de sua mão de obra, sua força de trabalho aos capitalistas (TONET, 2005b, p. 29).

Podemos agora nos perguntar qual foi o grande marco de separação entre a sociedade feudal e a capitalista. Em quem momento da história a classe burguesa emergente passou a dominar e a reger os modos de produção? Vamos recorrer novamente a Hobsbawn (2003) que apresenta, como marco da queda do modo feudal de produção e ascensão deste novo modo de produção que visa o acúmulo de capital, o que ele denomina dupla revolução composta pela Revolução Industrial, de origem inglesa, e a Revolução Francesa.

A Revolução Industrial pode ser caracterizada pelo advento da indústria com novos aparatos e tecnologia que acabou transformando o modo de produção doméstico, voltado para a confecção de produtos para consumo próprio, para um regime de produção generalizada, com produtos provindos de produção em massa, que satisfaçam uma necessidade comum da humanidade. Isso levou os produtos do campo para dentro dessas indústrias na forma de matéria-prima, extinguindo o sustento e o ganho extra dos trabalhadores rurais, obrigando os a venderem o único bem comerciável que possuíam: a força de trabalho.

Para Hobsbawn (2003, p. 50), o grande momento da Revolução Industrial ocorreu quando,

[...] pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.

O próprio autor concluiu sua explanação identificando esse processo ao que os economistas chamam de crescimento autossustentável. Isso levou a criação de um sistema fabril capaz de produzir em grande escala, com custos menores, criando o seu próprio mercado, independentemente da demanda existente.

Se de um lado a Revolução Industrial inglesa realizou a transformação econômica, coube aos franceses promover a mudança nos ideários e, por consequência, no pensamento político por meio um grande luta ideológica social de massa, que denominamos Revolução Francesa.

Podemos agora nos questionar o motivo pelo qual essa revolução ideológica ocorreu na França, pois como vimos, a Inglaterra era uma nação economicamente mais desenvolvida e em grande expansão, em razão do novo pensamento capitalista. Isso pode ser compreendido se levarmos em conta que a monarquia inglesa fez a abertura política no séculos anteriores, equilibrando as forças da burguesia crescente aos poderes da nobreza.

Na França, por sua vez, o governo absolutista mantinha as mais velhas práticas aristocráticas de governo em todos os aspectos. Para Hobsbawn (2003, p. 86), “[...] o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes. As novas forças sabiam muito precisamente o que queriam”. Um grande sentimento de mudança atingiu, de maneira uniforme, os burgueses franceses. Em boa parte, seus ideários estavam fundados nos pensamentos filosóficos da época. Aliando-se aos camponeses e trabalhadores pobres, que em razão do baixo desenvolvimento intelectual e, por sua vez, de fácil convencimento sobre a necessidade de mudança pela sua condição de vida miserável e sem nenhum tipo de perspectiva futura, uniram-se em torno do ideário “igualdade, liberdade e fraternidade” visando derrubar a opressão que sofriam. Isso levou então à queda do regime totalitário que até então dominava a França, abrindo suas portas para o liberalismo econômico, uma economia regida pelos princípios do capital.

Com o advento da sociedade burguesa capitalista inglesa, e posteriormente por toda a Europa, houve a necessidade de uma constante evolução dos processos de produção, um aumento do poder do homem sobre a natureza para saciar as necessidades provindas da nova sociedade burguesa.

A expansão mercantilista, realizada pelo processo de colonização da América, África, Ásia e Oceania durante os séculos XVI e XVII, aumentou a produção agrícola provinda das novas colônias o que auxiliou ainda mais na fixação do capitalismo na Europa. Segundo Costa (2002, p. 136), no próprio processo produtivo europeu houve uma maior valorização dos produtos industrializados em detrimento dos agrícolas. Desta forma, o produtor rural teve que aumentar a sua produção para poder adquirir os produtos industrializados de que necessitava. Todavia, a indústria, por sua vez, ao incorporar nova tecnologia à produção, tornou seus produtos mais caros. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da produção agrícola barateou o custo da industrial, pois o salário que o operário precisava para comprar o necessário à sua subsistência tendia a diminuir. Este foi mais um fator na consolidação do capitalismo.

Ao trocar sua força de trabalho por um salário, o operário perdeu seu direito sobre a mercadoria antes mesmo de produzi-la. A consequência dessa perda foi a fragmentação de sua consciência, que também deixou de lhe pertencer, passando a ser “comandada” de fora, a se sentir ameaçado por suas próprias criações em vez de realizar-se com elas. Esse estranhamento entre produtor e produto, é o conceito de Marx (1975, p. 71), para o processo de alienação, situação resultante dos fatores materiais dominantes na sociedade em que o trabalho do homem se processa de modo que produza coisas que imediatamente são separadas dos interesses e do alcance de quem as produziu, para se transformarem em mercadorias. Este fetichismo da mercadoria é que passou a dominar o ser humano. Assim, no capitalismo, ao contrário das demais formas de organização social, o

ser humano não tem mais poder sobre o produto do seu trabalho. Trata-se, então, de um processo de opressão dos homens pelos homens, com um objetivo bem específico: o acúmulo de bens (capital) nas mãos dos proprietários dos meios de produção pela exploração da força de trabalho de uma massa de trabalhadores.

3 Educação na sociabilidade do capital: solução imediata ou busca da possibilidade de superação

Compreendida a dinâmica da organização social desde os tempos do comunismo primitivo até o capitalismo, cuja matriz dinâmica, conforme já apresentado, é a economia, podemos agora buscar elementos para compreender como a educação se constitui nessa ordem econômica contemporânea. Marx e Engels (2007, p. 77) nos mostram que a “[...] história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações, em que cada uma explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações que antecederam”. Esse processo ocorre sempre na disputa entre os interesses que, em última instância, são determinados pela condição de classe. Neste processo, a educação, nesse processo não fica inerte a essas determinações. Efetiva-se em perspectivas variadas, mas que buscam afirmar ou negar tais interesses. Para que seja entendida a forma como está estruturada a educação formal faremos uma breve – ainda que incompleta – apresentação de quais foram as bases que a moldaram.

Com base nos pensamentos de Bacon (1561-1626), que afirmava que saber é poder, sobretudo em relação às ciências naturais e consciente desse poder, a burguesia emergente no século XVIII buscou o domínio da formação da massa de trabalhadores a serem utilizados em suas fábricas, com o controle dos conhecimentos a serem apropriados na educação pública. A Revolução Francesa veio consolidar essa exigência. É a partir do iluminismo, principalmente dos pensa-

mentos de Rousseau (1712-1778), que a educação deixou de ser controlada pela Igreja e passou a ser administrada pelo Estado. Nessa perspectiva, uma nova ordem econômica começou a controlar o processo de educação.

O iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa, que até hoje insiste predominantemente na transmissão de conteúdos e na formação social individualista. A burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução, mínima, para a massa trabalhadora. Por isso, a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado. (GADOTTI, 2005, p. 90).

A formação de um cidadão disciplinado representa uma facilidade de domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. As relações agora presentes entre o trabalhador e o capitalista são de ordem monetária. Ficam trabalhadores e capitalistas livres para negociar como ocorre essa forma de dominação. Por isso a necessidade de um cidadão disciplinado que “aceite” a sua posição de explorado. Assim, a transmissão de conhecimentos mínimos é a melhor alternativa que se apresenta aos burgueses neste sistema de alienação.

A classe burguesa demonstrou, desde o início, que o ideário da Revolução Francesa não atingiria a todos de forma igualitária. Segundo Gadotti (2005, p. 93), já em Adam Smith (1723-1790) a educação apresentava-se com o objetivo de fazer com que as camadas populares, não proprietária dos meios de produção, aceitassem sua condição de explorados: “[...] à classe burguesa a instrução para governar e à classe trabalhadora a educação para o trabalho”. Para o autor, essa perspectiva acentuou-se com a ascensão do pensamento positivista comtiano, por preconizar como válida unicamente a admissão de conhecimentos com base em fatos e dados da experiência empírica. “[...] o pensamento positivista caminhou, na pedagogia, para o pragmatismo que só considerava válida a formação utilizada praticamente

na vida presente, imediata” (GADOTTI, 2005, p. 110). Assim, essa concepção burguesa pedagógica visa apenas à transmissão dos conhecimentos necessários para a realização das atividades imediatas e não para a intervenção e busca da superação do atual modelo de organização social.

A educação constituiu-se desde o princípio da sociedade capitalista, uma entidade que busca construir uma classe trabalhadora que contenha um mínimo de conhecimento para poder controlar os meios de produção, mas que não transmita conhecimentos de forma aprofundada que lhe permita enxergar sua condição de exploração e lutar por uma sociedade liberta das condições de dominação de classe. A sociedade burguesa tem plena consciência do poder que o conhecimento pode fornecer à classe trabalhadora.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 217) (Grifo do original).

Isso faz com que a educação, desde o início, seja controlada pelo Estado com o objetivo de manter tal ordem social. Para Rossler (2004, p. 85), “[...] o que de fato acontece é que a educação acaba reforçando e contribuindo para a manutenção da realidade social atual, em vez de contribuir para a sua negação e superação”. Concordamos com Mészáros (2007, p. 201), quando afirma a necessidade de uma educação para além do capital, em que devemos “[...] perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido do capital, com todos os meios possíveis, [incluindo a educação,] bem como todos os meios ainda a ser inventados e que tenham o mesmo espírito”.

EDUCATION AND HUMAN FORMATION: A HISTORICAL AND ONTOLOGICAL DISCUSSION

The education was constituted since the beginning of the capitalist society like an entity which aims to build a hard-working class that contains a minimum of knowledge to be able to control the means of production, but that does not transmit knowledges of deep way that allows to see its condition of exploration and to fight for a free society of the conditions of class domination. To understand the forms of social organization of the means of production and property allows a better comprehension of the ways which the education walks nowadays and what are its prospects inside the capitalist society. Our goal is to show elements which contributes to evidence the need of formulation of an educational activity which directs the human emancipation in contrast with the current pedagogical model preponderant in the sociability of the capital.

KEY WORDS: Education. Human formation. Sociability of the capital. Human emancipation.

Referências

- BHASKAR, R. Societies. In: *The possibility of naturalism*. Brighton: The Harvester Press, 1979.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- GADOTTI, M. *História das idéias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- HOBBSBAWN, E J. *As origens da revolução industrial*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- _____. *A era das revoluções*. 17. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- KONDER, L. *O que é dialética?* 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, v. II, liv. I, 1981.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MEKSENAS, P. *Aprendendo sociologia: a paixão de conhecer a vida*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, P. S. de. *Introdução a sociologia*. 19. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

ROSSLER, J. H. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica do fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOARES, K. C. D. *Trabalho docente e conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005a.

_____. Marxismo para o século XXI. In: TONET, I. *Em defesa do futuro*. Maceió: EDUFAL, 2005b.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Recebido em 06 mar. 2009 / Aprovado em 29 dez. 2009

Para referenciar este texto

DOMINGUINI, L.; ORTIGARA, V. Educação e formação humana: um debate histórico-ontológico. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 509-528, jul./dez. 2009.